

Emendas Parlamentares: Uma distorção na Democracia Brasileira

Thomaz Campos

08/12/2025

As emendas parlamentares, especialmente no contexto brasileiro, têm sido objeto de intensos debates e críticas. Embora tenham sido concebidas como uma ferramenta para que os parlamentares possam apresentar propostas para o orçamento e ser uma ferramenta da minoria, muitas vezes elas se transformam em um mecanismo que distorce a essência da democracia e os princípios que deveriam guiar a administração pública.



Mas afinal, o que são essas “famosas” emendas parlamentares?

As emendas parlamentares são alterações propostas por vereadores, deputados e senadores dentro dos orçamentos dessas esferas, que podem incluir a destinação de verbas para obras e serviços em seus estados ou municípios. A ideia inicial era proporcionar aos representantes uma forma de atender às demandas locais, promovendo uma maior articulação entre o Legislativo e a sociedade. Entretanto, ao longo dos anos, o uso das emendas parlamentares se desviou de seu propósito inicial. Elas acabaram se tornando instrumentos de clientelismo e troca de favores, onde alguns parlamentares, na sua esmagadora maioria de direita ou do Centrão, negociam verbas em troca de apoio político. Isso levanta questões sérias sobre a transparência e a ética na política, pois o foco passa a ser mais em atender interesses pessoais ou partidários do que em promover o bem-estar da população.

Esse fenômeno representa uma ameaça aos pilares da democracia. Em vez de garantir que recursos públicos sejam alocados de forma justa e eficiente, as emendas parlamentares muitas vezes resultam em uma distribuição desigual e em projetos que não atendem às reais necessidades da população. Isso gera desconfiança nas instituições e na própria política, afastando os cidadãos da participação democrática.

Além disso, o orçamento público, que deveria ser um reflexo das prioridades sociais, se torna um campo de disputa por interesses individuais. Recursos são direcionados para obras que muitas vezes não têm planejamento adequado ou que são desnecessárias, enquanto áreas essenciais, como saúde e educação,

continuam a sofrer com a falta de investimento.

A situação das emendas parlamentares demanda uma reforma profunda. É necessário acabar com esse instrumento antidemocrático e estabelecer critérios mais rigorosos para a destinação das verbas públicas, priorizando a transparência e a participação popular. A sociedade deve ter voz ativa na definição das prioridades orçamentárias, garantindo que os recursos sejam utilizados em benefício do coletivo. Lembremos como exemplo as exitosas experiências de Orçamento Participativo das gestões do Partido dos Trabalhadores, que resultaram na maior experiência de governo participativo da história desse País, mas que enfrenta resistência por parte dos poderosos grupos econômicos que insistem em manter as atuais e desleais “regras do jogo”.

Além disso, a educação política da população é crucial para que os cidadãos possam fiscalizar e exigir responsabilidade dos seus representantes. Somente assim será possível resgatar a confiança nas instituições e o retorno da população como agente principal do processo político do País.

As emendas parlamentares, em sua forma atual, representam uma prática que compromete a integridade do Estado democrático, precisa ser revista e melhor avaliada. Sua utilização distorcida fere princípios fundamentais da administração pública e afasta a população do processo político. É fundamental que haja uma reflexão profunda sobre esse tema, buscando formas de garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira ética, transparente e em prol do bem comum. A democracia se fortalece quando a política é feita com responsabilidade e compromisso com a sociedade.

Thomaz Campos é Vice Presidente do SIMTRAPLI/RS, Presidente da Zonal 160 do PT/Porto Alegre.

Compartilhe nas redes: